

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

Brasil – Folha de São Paulo

Unasul criará cartilha contra golpes de Estado

Sanções imediatas incluem o fechamento de fronteiras e a suspensão de comércio

Os chefes de Estado da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) devem fechar hoje os detalhes da cláusula democrática que permitirá sanções contra países do bloco que sofrerem tentativa de golpes de Estado.

A reunião de hoje, com presidentes, pode terminar sem que o nome do novo secretário-geral do grupo seja definido. O presidente Lula chegou ontem à noite ao país, acompanhado do chanceler Celso Amorim e do assessor internacional, Marco Aurélio Garcia.

Ontem, chanceleres reunidos em Georgetown, na Guiana, concordaram sobre a inclusão do fechamento de fronteiras, a suspensão do comércio e do tráfego aéreo entre as sanções a países que violarem os preceitos democráticos do grupo.

Brasil e Argentina foram os principais incentivadores das sanções. Segundo diplomatas, um dos principais motivadores foi o caso de Honduras, que sofreu um golpe em 2009. Até hoje os dois países não reconheceram o novo govern do país.

Entre as divergências ainda existentes, estava a posição de alguns países para deixar claro que transgressões permitiriam as sanções.

Peru e Chile eram os principais defensores do detalhamento. Outros países defendem que haja uma avaliação caso a caso. Todos concordam que a ação do grupo deve ocorrer apenas quando o país em questão pedir a intervenção da Unasul.

Apesar de a minuta ser baseada em textos da OEA, do Mercosul e do Grupo Andino, a cláusula da Unasul deve permitir ações imediatas.

1
La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

Até ontem, os representantes reunidos na Guiana não haviam debatido o nome do novo secretário-geral. O tema está na pauta de hoje dos presidentes, mas é considerado secundário em relação à criação do dispositivo de segurança.

A morte do ex-presidente argentino Néstor Kirchner, que ocupava a secretaria-geral, deixou um "vazio" na entidade, dizem negociadores.

Brasil – O Globo

Hora de mudar a diplomacia companheira

Se, na política econômica, a manutenção de princípios seguidos na Era Lula é desejável no governo Dilma Rousseff, na política externa está na hora de uma reavaliação dos rumos. É inegável o crescimento da figura do presidente Lula no cenário internacional, nos últimos oito anos, por sua história de vida e por êxitos do governo em diversas áreas. Já o Brasil, aproveitando o impulso iniciado ainda nos governos FH, e até pelo êxito da continuidade na política econômica, projetou-se como um dos países emergentes mais influentes, passando a ter voz ativa em importantes fóruns internacionais, como o G-20.

Na política externa, porém, essa nova dimensão brasileira foi mal conduzida. Embora o país mantivesse o legítimo objetivo de obter um assento permanente num Conselho de Segurança reformulado, essa meta passou a justificar atitudes não condizentes com a tradição da diplomacia brasileira. O receio de perder apoio árabe, por exemplo, levou o Brasil a se abster em votações para condenação, nas Nações Unidas, do regime genocida do Sudão.

Brasília não soube medir a mão também no que toca à solidariedade com os países em desenvolvimento, cujo apoio deseja obter ao seu pleito no Conselho de Segurança. O argumento usado para explicar a aproximação exagerada com déspotas - como Hugo Chávez, da Venezuela -, ou párias - como Mahmoud Ahmadinejad, do Irã - era a contenção, no primeiro caso, e o não isolamento, no segundo.

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

Foram opções equivocadas que levaram o Brasil a defender a entrada na Venezuela no Mercosul como membro pleno - um país cujo regime torna-se cada vez mais hostil a valores universais, como a democracia e as liberdades civis. No caso do Irã, chegou ao ponto de Brasília pegar a contramão da comunidade internacional para tentar evitar, inutilmente, a imposição de sanções a Teerã por novos desafios em seu programa nuclear.

O último exemplo desse equívoco foi a abstenção brasileira na ONU numa votação destinada a condenar o Irã por usar métodos insanos, como a morte por apedrejamento de mulheres supostamente adúlteras, em sua "justiça" criminal. Perdeu o país boa oportunidade para zelar pelo artigo 4º da Constituição - "A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:", em seu inciso II: "prevalência dos direitos humanos".

A decisão de se afastar dos EUA, em nome da retomada de conceitos ultrapassados, como um esquerdismo terceiro-mundista militante que oporia países ricos a pobres, acabou, por ironia, prejudicando o objetivo maior do assento no Conselho. Recentemente, o presidente Barack Obama manifestou sua opção pela Índia como representante dos novos países emergentes naquele Conselho.

Os que advogam esse afastamento dos EUA deveriam lembrar-se que o empenho do presidente Jimmy Carter na defesa dos direitos humanos foi importante para aqueles que, naquela época, lutavam contra a ditadura militar no Brasil. A política externa precisa retomar o eixo do equilíbrio.

Brasil – O Globo

Itens nacionais terão preferência em licitação

Governo comprará produtos brasileiros, mesmo mais caros

O Senado Federal aprovou ontem a medida provisória (MP) 495, que dá ao governo a possibilidade de privilegiar bens e serviços nacionais em licitações públicas. A proposta, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e vai agora para a sanção presidencial, permite que produtos nacionais possam vencer concorrências mesmo

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

3

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

que tenham preços até 25% maiores que os estrangeiros. O benefício pode ser estendido a firmas dos países do Mercosul.

A medida foi anunciada pelo governo em maio e fazia parte do pacote de medidas para ajudar o setor produtivo a ganhar mais competitividade. No mesmo conjunto de ações, estava a compensação mais rápida de créditos tributários acumulados na compra de matérias-primas por empresas exportadoras.

No entanto, a demora do Congresso em discutir o assunto fez com que a MP fosse votada apenas quatro dias antes do prazo para que ela perdesse a validade.

Critério é semelhante ao "Buy American" dos EUA

Segundo os técnicos da área econômica, a medida não significa um prejuízo para o governo em suas licitações. Isso porque o privilégio para os produtos nacionais só será dado em casos específicos e levando em consideração seus efeitos sobre a geração de renda e emprego, a arrecadação federal e o desenvolvimento e a inovação tecnológica no país.

O novo critério adotado pelo Brasil é semelhante ao utilizado nos Estados Unidos para proteger empresas locais. No mercado americano, o governo é obrigado a privilegiar produtos nacionais, como ferro e aço, em suas compras. Pela lei "Buy American", se as autoridades não derem essa preferência, elas têm de apresentar justificativa.

O setor produtivo comemorou. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, disse ontem que o incentivo é fundamental para fomentar a inovação nas empresas brasileiras. Nesse sentido, ele elogiou também a aprovação da MP 497, que concede desoneração tributária aos recursos governamentais destinados à inovação e à pesquisa tecnológica.

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

Paraguay – ABC Color

Ejecutivo remite al Senado acuerdo de ingreso de Venezuela a Mercosur

Sorpresivamente, el Poder Ejecutivo volvió a remitir ayer a la Cámara de Senadores el protocolo de adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al Mercosur, que había retirado en agosto de 2009, debido a su inminente rechazo. Según se informó, sería tratado en la comisión de Relaciones Exteriores la próxima semana. Senadores oficialistas consideran que cambiaron las condiciones y podría haber mayoría para la aprobación del ingreso venezolano al bloque regional.

El protocolo para el ingreso de Venezuela al Mercosur fue remitido a primera hora de la mañana y ya tuvo su ingreso formal en la sesión de ayer del Senado para ser remitido a las comisiones.

Según indicó el senador Carlos Filizzola, presidente de la comisión de Relaciones Exteriores, confiaban en que ahora hay mejores condiciones políticas para la aprobación de este tema.

Paraguay es el único país del bloque regional cuyo Congreso aún no trató ni mucho menos aprobó el ingreso de Venezuela al Mercosur. Ya lo hicieron, en cambio, Uruguay, Argentina y el Brasil, y solo resta nuestro país. La postura de los legisladores paraguayos se basa específicamente en el rechazo a las actitudes y la política del presidente venezolano Hugo Chávez, al que consideran con sesgos autoritarios.

El protocolo ya fue remitido por el Poder Ejecutivo al Senado a principios de año 2009. Sin embargo, lo volvió a retirar el 13 de agosto de ese mismo año, debido a que senadores de la oposición pidieron su inclusión en el orden del día, con la idea de rechazarlo.

Posteriormente se especuló en repetidas oportunidades sobre presuntas negociaciones u ofrecimientos del Poder Ejecutivo para que el tema sea aprobado por los senadores.

5

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

Una de las especulaciones, nunca confirmadas plenamente, fue que el ingreso venezolano formó parte de los acuerdos entre la oposición y el oficialismo de junio pasado, cuando se negociaron las mesas directivas de ambas cámaras para legisladores colorados. Actores políticos de ambos sectores lo negaron enfáticamente.

El senador Filizzola reiteró ayer que el ingreso de Venezuela no se acordó en ese momento con los sectores de la oposición como tampoco el juramento del ex presidente Nicanor Duarte Frutos como senador activo.

De hecho, el Partido Colorado tiene una posición institucional en contra de la presencia de Venezuela dentro del Mercosur, a través de una resolución de la Junta de Gobierno. La presidenta del Partido Colorado Lilian Samaniego ha reconocido públicamente que un cambio de postura de las bancadas del Congreso tendría que ser fruto de una reconsideración de la postura institucional anterior.

Igualmente, el Partido Patria Querida tiene una postura oficial en contra del ingreso venezolano, por lo cual es difícil que sus legisladores voten a favor.

También Unace se ha mostrado poco favorable al ingreso venezolano, como así también algunos senadores del PLRA, especialmente del sector “franquista”.

Representantes del Ejecutivo han planteado no centrar la discusión en la figura de Chávez, sino más bien evaluar los beneficios económicos y políticos, como factor de “equilibrio” que tendría la presencia de Venezuela en el bloque.

Mayoría simple

El pleno del Senado necesita de una mayoría simple de votos para aprobar el ingreso de Venezuela al Mercosur, es decir, la mitad más uno de los presentes en la sesión cuando se trate el protocolo. La posibilidad con la que se especula en los pasillos del Parlamento es que haya algunas “oportunas” ausencias en el momento en que se vote el tema.

Una larga historia de especulaciones

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

El ingreso de Venezuela al bloque del Mercosur ya ha tenido una larga historia de idas y venidas en el Parlamento de nuestro país, así como también fue motivo de especulaciones de todo tipo respecto a presuntos “maletines” y ofrecimientos de coimas de hasta US\$ 100.000 “per cápita” para la aprobación.

También han estado de por medio presiones más o menos solapadas de parte del mismo presidente Hugo Chávez, con declaraciones a su estilo.

El presidente brasileño Luiz Inácio Lula da Silva también ha pedido más de una vez al Parlamento de nuestro país que apruebe el ingreso. En su caso, se llegó a instalar que el Brasil podría condicionar la aprobación del aumento de la compensación que recibe nuestro país de Itaipú y el financiamiento para la construcción de las líneas de transmisión de 500 kV a la aprobación del ingreso de Venezuela de parte del Congreso de nuestro país.

Las especulaciones no se comprobaron fehacientemente, pero inclusive hasta ahora no terminan.

Uruguay – El País

Mercosur: Lugo insiste con el ingreso de Venezuela

El presidente de Paraguay, Fernando Lugo, volvió a pedir ayer al Congreso de su país que apruebe el ingreso de Venezuela al Mercosur. Esta es la segunda vez que el mandatario plantea el pedido. Los parlamentos de Argentina, Brasil, y Uruguay ya dieron el visto bueno para que Venezuela ingrese al bloque.

Uruguay – El País

Camioneros preocupados por Código Aduanero

Régimen Mercosur los hace responsable por mercaderías

El presidente de la Intergremial de Transporte Profesional de Carga del Uruguay (ITPC), Humberto Perrone, dijo a El País que "hay preocupación" en la gremial

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

empresarial por los cambios que pueden introducir en la normativa vigente la puesta en práctica del Código Aduanero del Mercosur que se aprobó en la última cumbre del bloque regional.

El dirigente comentó que los transportistas locales pueden enfrentarse a varios "cambios de magnitud" si se adopta este régimen. Uno de ellos está referido a la responsabilidad que deberán asumir los transportistas sobre la mercadería que trasladen a futuro.

Así, por ejemplo en una mercadería en tránsito donde se verifique una diferencia respecto a lo que se declara en la boleta, el Código Aduanero del Mercosur establece que los transportistas son los responsables de los derechos aduaneros de esa mercadería.

"A los transportistas muchas veces les dan cajas cerradas donde tienen la mínima posibilidad de controlar el volumen que va ahí dentro", criticó Perrone.

Agregó que la nueva normativa establece que el dueño de la empresa de transporte debe "hacerse cargo" de los derechos de importación de esa mercadería que no fue oportunamente declarada.

Por ese motivo, la gremial de transportistas está haciendo gestiones ante las autoridades del gobierno para que este tema pueda solucionarse con la incorporación de algún agregado en el Código Aduanero de Uruguay.

Está previsto que estos cambios sean discutidos por el Parlamento en los próximos meses.

Uruguay – Últimas Noticias

Astori: 'Hay que trascender el Mercosur, ir más allá'

DIJO QUE EL PAPEL DE LA SELECCIÓN NACIONAL EN EL MUNDIAL DE SUDÁFRICA
POTENCIÓ LA IMAGEN INTERNACIONAL DEL PAÍS

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

EL VICEPRESIDENTE de la República, Danilo Astori, dijo desde Corea del Sur que para Uruguay es vital seguir creciendo en cuanto a la inserción internacional y que por eso no puede quedarse en la región para hacer negocios comerciales. Si bien destacó la importancia del proyecto del Mercosur y la integración con Argentina, Brasil y Paraguay, es necesario salir al mundo para ampliar los horizontes, afirmó el jerarca de gobierno. "Tenemos que trascenderlo (el Mercosur), ir más allá de esta realidad que no puede ser una estación terminal, sino una plataforma de lanzamiento y, por lo tanto, lo nuestro también es el mundo en su conjunto. Por eso Uruguay le ha dado tanta importancia a las relaciones con todos los países del mundo, tanta importancia a tener una credibilidad y una reputación internacional positivas, haciendo un esfuerzo muy importante desde el gobierno del doctor Tabaré Vázquez, que visitó unos 32 países durante su gestión", indicó Astori. Puntualizó que la misma política continúa con el mandato de José Mujica.

Astori dijo que el contacto "cara a cara" con los gobiernos y empresarios internacionales es fundamental. Luego recordó que desde que se implementó esta política en el gobierno anterior las exportaciones se triplicaron y la inversión extranjera directa creció a gran nivel.

Le dio gran relevancia a la participación de la selección en el Mundial de Sudáfrica.

"Me ha tocado viajar después del Mundial y es realmente impresionante cómo cada uno de los que nos recibe menciona el tema del fútbol y la actuación uruguaya en el certamen, sin que nosotros lo mencionemos. El tema siempre lo sacan ellos", dijo el jerarca, quien consideró a la selección una verdadera "embajadora" del Uruguay. "Por supuesto, esto ayuda al Uruguay a fortalecer y multiplicar sus posibilidades de inserción internacional", concluyó Astori.

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

Uruguay – El País

Oposición impidió al Frente ratificar tratado de Unasur

El choque político más fuerte con la oposición en esta legislatura obligó al Frente Amplio a dar marcha atrás en su decisión de ratificar el tratado de Unasur el mismo día en dos cámaras. El oficialismo tenía compromiso con el presidente ecuatoriano.

Los senadores discutían ayer de tarde sobre la ley de control militar a las cárceles cuando el coordinador de la bancada frenteamplista, Alberto Couriel, pidió la palabra y planteó que se ratificara allí mismo el tratado de la Unasur (aprobado apenas unas horas antes por los diputados), para que el presidente ecuatoriano Rafael Correa deje hoy la presidencia pro t mpore de ese organismo con la ratificación del tratado que lo "institucionaliza". Para eso se necesitaba el voto de Uruguay, el noveno de doce países.

Pero la oposición reaccionó con dureza. Los senadores colorados se retiraron de sala. Y el nacionalista Luis Alberto Lacalle acusó al Frente Amplio (FA) de "totalitarismo" y dijo que la actitud sorpresiva del oficialismo "pone fin a la política de contacto" del Partido Nacional con el gobierno.

Tras una mediación del senador blanco Jorge Larrañaga y luego de un cuarto intermedio, el FA dio marcha atrás: pondrá el tema a consideración de la comisión de asuntos internacionales y lo ratificará el martes en el Senado "en otro clima".

Couriel fue el impulsor de la idea de votar ayer el tratado en el Senado, sin estudiarlo previamente en comisión. Pero tras el choque político con la oposición, la bancada del FA decidió calmar las aguas y evitar un conflicto político.

El coordinador quedó amargado con la decisión de sus compañeros y se encerró en una pequeña salita del Frente al lado del ambulatorio del Senado. Recibió una llamada telefónica y allí le contó a su interlocutor: "Yo me comprometí con los ecuatorianos, pero no tuve el respaldo de la bancada. Fundamenté que se tratara el tema como grave y urgente. Perdí".

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

El senador dijo a El País que "era un hecho político trascendente" que Correa dejara la presidencia pro t mpore "diciendo que est n los nueve votos". Sin embargo, otros senadores del Frente Amplio -como el socialista Daniel Martínez y Aníbal Pereyra (MPP)- dijeron a El País que "era un hecho simbólico" y que "no cambia mucho" porque se votar  el martes.

PROTESTA. "No sabíamos que esto se iba a tratar hoy. Hay que hacer las cosas como se debe. No con mociones de urgencia y sin pasar por comisión. Frente a esta suma de desconsideraciones y en señal de protesta, nos retiramos de sala", dijo Pasquet, antes de salir del Senado.

Con evidente irritación, Lacalle se quejó de que se quiera votar "una ley exprés" y dijo que es "una actitud de totalitarismo, una falta de respeto al Legislativo". Luego anunció: "Para mí este hecho pone fin a una política de contacto con el Poder Ejecutivo. Con esto se pone fin a un clima, se acabó una etapa. Es lamentable bajo todo punto de vista". Luego se levant  de su banca y se retir , aunque más tarde volvió cuando el oficialismo reconsideró su posición.

Larrañaga pidió "esperar una semana, para contemplar las formas". Y el senador Sergio Abreu pregunt  si se seguir  el mismo procedimiento "del 2 de noviembre de 2006 cuando a las tres de la mañana votamos el ingreso de Venezuela al Mercosur y resulta que no ingres ".

Desde el oficialismo, el senador Enrique Rubio lament  que haya "intereses en juego y se quiera usar esto como coartada para enrarecer el clima político".

Pero el senador blanco Francisco Gallinal agregó más le a al fuego: dijo que el tratado no puede ser ratificado por el Parlamento, dado que tiene la firma del ex presidente Tabaré Vázquez y no volvió a ser enviado al Parlamento como iniciativa del actual Ejecutivo.

Tras realizar consultas con juristas del Poder Legislativo y con la Cancillería, la presidenta del Senado, Lucía Topolansky, dijo que el Parlamento puede "desarchivar" un tratado o cualquier otro proyecto de ley, pero adelant  que se profundizarán las consultas.

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

En Diputados el proyecto fue votado por el FA, el Partido Independiente, los blancos de Alianza Nacional y casi todos los diputados colorados de Vamos Uruguay. Los blancos incluyeron un segundo artículo que dice que Uruguay debe propiciar protocolos de protección de derechos humanos con cláusulas democráticas.

La "sorpresa " que nunca llegó

"Ojalá tengamos una sorpresa, aunque las sorpresas no se anticipan. Nos han dicho que un día antes del 26 de noviembre (cuando el presidente ecuatoriano Rafael Correa deja la presidencia pro t mpore de la Unasur) tal vez un país amigo haya logrado también la ratificación del tratado", dijo el martes en Quito el canciller ecuatoriano Ricardo Patiño, según informó la agencia ecuatoriana de noticias Andes. "Sería un regalo maravilloso para América del Sur que lo vamos a disfrutar el 26 de noviembre", agregó Patiño. El canciller ecuatoriano no reveló a qué país se refería, pero en Ecuador se dio como un hecho que se trataba de Uruguay. Patiño deberá esperar unos días más, hasta el martes. Por ahora sólo ocho países de doce han ratificado el tratado (Argentina, Bolivia, Guyana, Perú, Venezuela, Surinam, Chile y Ecuador) y falta un noveno voto para darle carácter formal. Además de Uruguay, los parlamentos de Brasil, Colombia y Paraguay no han ratificado aún el tratado constitutivo de la Unasur.

Marco Aurelio

El presidente José Mujica informó a los líderes sectoriales que el gobierno brasileño realizó contactos para que la secretaría general de la Unasur sea ocupada por el experto en asuntos internacionales Marco Aurelio García. La idea fue bien recibida, a pesar de que se hablaba del ex presidente Tabaré Vázquez como candidato. Eleuterio Fernández Huidobro indicó a El País que "hubo una opinión casi unánime" a favor de Aurelio.

26 de Noviembre de 2010 / 26 de Novembro de 2010

Venezuela – El Universal

Lugo solicita por segunda vez la adhesión de Venezuela al Mercosur

El Gobierno paraguayo remitió a Comisión del Senado la petición

Asunción.-El Gobierno de Paraguay tramitó por segunda vez ante el Congreso, de mayoría opositora, tramitar la aprobación de la adhesión de Venezuela como socio pleno del Mercado Común del Sur (Mercosur).

La petición fue remitida a la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado, informaron fuentes parlamentarias citadas por la edición digital del diario asunceno Abc Color, reseñó Efe.

Paraguay es el único país que aún no ha completado ese proceso parlamentario desde que los cuatro miembros fundadores del bloque, formado además por Argentina, Brasil y Uruguay, aprobaran el protocolo de adhesión de ese país en 2006.

Éste es el segundo intento del Gobierno paraguayo en favor de su similar de Venezuela, después de que el jefe de Estado, Fernando Lugo, debió ordenar la retirada del proyecto en agosto de 2009, debido a que la mayoría opositora señaló que mantendría su negativa al ingreso "mientras el presidente Hugo Chávez siga con intromisión política en países latinoamericanos", según el presidente del Congreso, senador Miguel Carrizosa, en diciembre de 2009.